

V!30

DIÁLOGOS MULTILATERAIS: PRÁXIS, INTERLOCUÇÕES E CONFRONTAÇÕES

CITIES FOR WHOM? URBAN LIFE AND VULNERABLE BODIES

CIDADES PARA QUEM? VIDA URBANA E CORPOS VULNERÁVEIS

Ethel Pinheiro Santana

Jacqueline M. Klopp

Resumo

Este artigo analisa a localização sistemática de pessoas em situação de rua (PSR) no Rio de Janeiro e em Nova York, com base em pesquisa financiada pela FAPERJ e pelo CNPq. O artigo explora e destaca a experiência imprevisível e desigual de inclusão e pertencimento, que é afetada pela falta de direitos e pela mobilidade forçada. A metodologia empregada envolve o georreferenciamento das PSR por meio de entrevistas semiestruturadas e registros fotográficos ou de desenhos. Essa abordagem, implementada em diversos bairros do Rio de Janeiro (RJ) e em Manhattan, Cidade de Nova York (NYC), possibilita um maior diálogo sobre o conflito e as convergências de experiências entre cidades da América Latina e da América do Norte. Os resultados reforçam a visibilidade espacial das populações vulneráveis, que são parte do tecido urbano, mas, enfrentam marginalização sistêmica devido a políticas habitacionais e de planejamento urbano inadequadas. Os resultados demonstram como as comunidades de PSR se formam em áreas urbanas, constituindo coletivamente o que denominamos *cidade invisível*. Os resultados também ressaltam o papel de atores urbanos envolvidos em lutas de poder e a necessidade de iniciativas de planejamento urbano contra hegemônicas. Com o apoio do conceito de *cidade capitalista* de Harvey, da Teoria do Afeto de Anderson e da estrutura de dimensões públicas de Laval, os dados coletados contribuem para uma compreensão realista e voltada para o futuro da vida urbana contemporânea.

Palavras-chave: Rio de Janeiro, Nova York, políticas públicas, pessoas vulneráveis, planejamento urbano.

1 Introdução: os dilemas da vida urbana contemporânea

Os habitantes das grandes cidades atuais e suas formas de habitar, desejar e perceber os espaços urbanos contribuem significativamente para o desenvolvimento da arquitetura, do urbanismo e de outras ciências sociais, refletindo aspirações humanas, esferas culturais e o exercício de subjetividades necessárias. Esse quadro foi precisamente estabelecido como parâmetro para a construção de um campo científico interdisciplinar há mais de quarenta anos, auxiliando na necessidade de integrar temas da arquitetura e do urbanismo com outras áreas, como sociologia urbana, antropologia e filosofia (Nesbitt, 2006). Compreender as ambiências das cidades como a materialidade que permite uma análise transversal dessas relações é, portanto, o primeiro aspecto contributivo desta pesquisa para a melhoria da vida urbana e de suas lutas contemporâneas. Ao posicionar o papel das ambiências promovidas pelos 'corpos errantes' das pessoas em situação de rua como uma plataforma para subjetividades contemporâneas, as ambiências nos permitem equiparar o imaterial aos espaços materiais, partindo de uma amplitude focal nos espaços públicos atuais, nos quais a esfera privada pode emergir em diferentes sentidos atualmente. O termo *Ambiência* é definido como "(...) um 'estado de espírito', 'coisa' para mostrar que é preciso olhar novamente para a dimensão interior que se expõe ao mundo exterior (...) as atmosferas materiais e morais que abrangem sensações térmicas, luminosas e sonoras, bem como percepções culturais e subjetivas de um lugar" (Duarte e Pinheiro, 2019, p. 21), e é por isso que é tão relevante para análises qualitativas. Quando se reconhece uma ambiência como uma explicação geográfica e etnográfica de um evento, o papel da análise qualitativa, aliada a dados quantitativos, torna-se ainda mais pertinente. Além disso, é possível afirmar que o espaço de uso e experiência cotidianos só pode ser impresso e compreendido em seu valor emergente, ou seja, através do caráter coletivo e dinâmico que novas interferências políticas e sociais constroem.

O crescimento da vida privada assola as grandes cidades, uma vez que possibilita a construção do medo e da segregação entre aqueles que podem habitar uma certa *esfera protetora*. A ideia de uma *esfera de intimidade protegida* é tema para uma discussão mais ampla sobre as semelhanças e diferenças entre várias cidades americanas, mas, em particular, trata-se também do ato de enfatizar a necessidade de destacar os dilemas latino-americanos dentro do continente americano, em contraste com discursos que tendem a sublinhar as realidades norte-americanas como sendo mais bem resolvidas. Por outro lado, a necessidade de utilizar a esfera pública e coletiva como forma de sobrevivência representa um desafio para o planejamento urbano contemporâneo, derivado principalmente de (muitas) revisões das teorias Situacionistas e do papel essencial da geografia humanista na compreensão do corpo e da interação humano-ambiente. Este artigo, então, concentra-se nas ambiências promovidas pelas errâncias e permanências das PSR nas ruas de grandes e importantes cidades americanas. É importante destacar que o uso do termo *pessoas em situação de rua* enfatiza que algumas pessoas estão

abrigadas na cidade, mas não têm acesso à moradia. A pesquisa está em andamento no Rio de Janeiro (RJ) desde 2024, intitulada *Cartografias Afetivas de uma Cidade Invisível: Mapeamento Sensível de Pessoas em Situação de Rua*, e foi recentemente testada em Nova York (NYC), durante um período como *Visiting Scholar* na Columbia University, em 2025. A pesquisa baseia-se na análise de dados georreferenciados sobre a localização de cada PSR verificada em vários bairros das cidades estudadas e reúne informações sensíveis que, quando confrontadas com a dinâmica das cidades, permitem analisar as relações urbanas conflituosas e a ausência de políticas contra hegemônicas para planejar espaços mais democráticos. Ao mapear esses espaços invisíveis, percebe-se a inospitalidade urbana praticada nas metrópoles e como essa "cidade invisível" está mais associada ao abandono espacial das PSR pela sociedade e pelas instituições públicas/privadas do que à sua invisibilidade real.

Tal negligência exige o desenvolvimento de metodologias mais promissoras voltadas a aumentar a sensibilidade em relação ao lugar e às narrativas de seus habitantes, o que constitui uma contribuição sociotecnológica para o campo da arquitetura e do urbanismo. Como lócus de convivência da diversidade, mas também de respeito às desigualdades sociais, o espaço público urbano não esgotou suas possibilidades analíticas e, diante de novos dilemas, precisa ser confrontado. Assim, a ideia de um "corpo que sobrevive na rua" é proposta nesta pesquisa como forma de instrumentalizar um pensamento não hegemônico, invertendo a lógica de que uma pessoa que "está na rua" não tem escolha ou solução. Por meio de verificações *in loco*, realizadas durante incursões noturnas no Rio de Janeiro, com o apoio de um aluguel de van para esse fim, foi possível mapear diversos bairros da capital carioca¹ onde essas pessoas constroem um território geográfico e emocional. Em Nova York, devido às limitações da abordagem, as derivas foram conduzidas pela manhã e à tarde, pelas ruas, a pé, de metrô ou de ônibus. Utilizando a pesquisa de gabinete após as derivas, desenvolve-se um mapa georreferenciado de vagância, permitindo, por fim, uma cartografia sensível dessa cidade invisível (Rolnik, 2007), que também é o objetivo geral da pesquisa. Esse objetivo ganha validade a partir da análise dos ambientes pós-pandemia, que viram um aumento drástico da população em situação de rua, assim como uma profunda informalização do trabalho. Richard Sennet (2014) já corroborava esse fenômeno ao afirmar que a solidão e a individualidade da pessoa "do nosso tempo", assim como a produção capitalista da cidade, promoveriam o enfraquecimento das estruturas de trabalho em pouco tempo.

A informalidade e a latente pobreza estão enraizadas na forma como nos relacionamos com o espaço e são um reflexo de um problema social e urbano em ambas nações. Do ponto de vista do urbanismo, as atividades informais exigem um olhar atento para a qualidade de vida cotidiana nos centros metropolitanos. Devido a diversos processos históricos e atrasos no desenvolvimento, várias cidades do Brasil, em especial o RJ, não conseguem lidar com os problemas decorrentes da falta de sistemas de mobilidade, moradia adequada e ausência de abrigos para enfrentar o aumento das temperaturas – algo que afeta as PSR e demanda respostas urbanas urgentes. Em NYC, o estudo comparativo revela que menos pessoas vivem nas ruas da metrópole devido à disponibilidade de abrigos governamentais e não governamentais na cidade. No entanto, persistem a falta de proteção contra o calor e a ausência de políticas adequadas para atender à população com transtornos mentais que vagueia pelas ruas. Este artigo aponta, por fim, para uma crítica social. O direito à cidade (Lefebvre, 2016 [1968]) e o direito de circular e vivenciar os espaços públicos na cidade são garantidos a todo cidadão, mas nem todos podem usufruir desses direitos, devido à falta de oportunidades sociais, políticas e econômicas.

David Harvey (2014) amplia o conceito de Henri Lefebvre (2013; 2016) em seu ensaio intitulado *Cidades Rebeldes*, afirmando que o direito à cidade é um dos direitos humanos mais importantes. Em sua visão, a forma como os recursos urbanos são distribuídos reflete diretamente as desigualdades sociais. Para Harvey (Op. cit.), o corpo também é um campo de disputa urbana: quem pode ocupar espaços de lazer, cultura e saúde? Quem pode se mover livremente sem ser questionado ou negligenciado? Qual corpo tem direito à cidade? Harvey (2014) desenvolve a tese de que a urbanização e as cidades foram meios para a absorção de capital e trabalho ao longo da história do capitalismo e, portanto, são o locus de crises, conflitos e resistências. Assim, as demandas pelo *direito à cidade e reformas urbanas*, que clamam por uma função social da cidade, precisam levar em conta os direitos dos oprimidos, especialmente nas grandes cidades, que são palco das lutas urbanas que questionam os fundamentos do sistema capitalista de acumulação perpétua. Da mesma forma,

¹ "Carioca" é a forma como as pessoas que nasceram no Rio de Janeiro são chamadas no Brasil.

Raquel Rolnik (2019) discute como o modelo de urbanização brasileiro historicamente excluiu populações percebidas como periféricas, tanto em termos de acesso à moradia quanto à mobilidade, lazer e cultura. Ela também enfatiza que todo o modelo urbano americano se baseia nessa abordagem. Dessa perspectiva, é fácil identificar que diversos grupos são excluídos da qualidade da vida urbana, ou pior: alguns nem sequer podem usufruir dos benefícios de cidadãos ativos. Portanto, a ideia de pessoas em situação de rua construindo uma cidade invisível com seu perambular e pernoite é explorada neste trabalho, visando fomentar o pensamento crítico sobre o urbanismo contemporâneo nas grandes cidades e a necessidade de repensar formas de habitar e experienciar os espaços públicos.

Ao discutir o conceito de *espaço público*, é essencial apresentá-lo como um termo multidimensional e dicotômico, que só faz sentido em oposição ao privado, que por fim impõe seus próprios limites. A ambiguidade fica ainda mais clara com uma retrospectiva de alguns conceitos do *público*, baseados no senso comum: lugares e fluxos; acesso irrestrito ou aberto; criação e expansão de direitos; homem público; fé pública; força pública e opinião pública. Nenhum desses conceitos é permitido a pessoas que perderam, se é que algum dia tiveram, seus direitos como cidadãos. Ao conceituar espaço público, Adrián Gurza Lavalle (2005) afirma que é preciso estabelecer "(...) três dimensões do 'público' correlacionadas com seus adjetivos do mundo 'privado': 1. Público versus privacidade, intimidade ou sociabilidade primária; 2. Público versus propriedade ou interesse privado; e 3. Público versus conhecimento não disseminado, privado ou restrito" (Lavalle, 2005, p.37). Tais dimensões incorporam a ideia de espaço vivido, nomeado como campo topológico por Gustave Fischer (1994): "(...) essa noção de campo, tomada da física, denota o fato de que **um espaço não existe em si mesmo, mas somente por meio de um conjunto de efeitos ou interações** que ele engendra entre seus elementos formativos" (Fischer, 1994, p. 53, grifo nosso). As afirmações acima reconhecem que os valores da dimensão pública estão regularmente associados à sua dimensão privada oposta. Para a PSR, em geral, esses significados perdem grande parte de seu sentido original, pois nenhuma noção de privacidade é vivenciada, assim como nenhum espaço é pessoal; ao mesmo tempo, apesar da invisibilidade que o corpo vulnerável adquire nas grandes cidades, não há nada que seja estritamente deste corpo.

1.1 Pessoas em situação de rua no RJ e em NYC

Referindo-se à condição da população em situação de rua, há mais de quinze anos, a Secretaria-Executiva da Presidência da República emitiu o Decreto nº 7.053 de 2009, estabelecendo a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR, 2009). Com este Decreto, essa população foi então oficialmente reconhecida pelo Estado brasileiro, sendo interpretada como um grupo específico, com sua definição, sujeitos de direitos que precisam ser atendidos conforme as especificidades de suas vidas e os desafios que enfrentam. Nessa mesma direção, a Lei nº 14.821/2024, que estabelece a Política Nacional para o Trabalho Decente e Cidadania para a População em Situação de Rua ((PNTC Pop Rua, 2024), estabelece em seu Artigo 1º o conceito legal de População em Situação de Rua, a saber: "(...) um grupo populacional heterogêneo que tem em comum a falta de moradia e utiliza os espaços públicos como local de habitação e sustento (...)" (PNTC Pop Rua, 2024, n.p). Por essa definição, entende-se que a categoria população em situação de rua é atualmente muito mais ampla e genérica, podendo até abranger trabalhadores que vivem nas ruas, como os afetados pelo fenômeno da uberização. No Rio de Janeiro, o Censo da População em Situação de Rua de 2023 indicou que 78,6% da população exercia alguma forma de atividade geradora de renda: 57,7% como catadores de material reciclável, 20,7% como vendedores ambulantes, 3% como flanelinhas e apenas 3,5% com contratos formais de trabalho

Na Resolução nº 605, de 13 de dezembro de 2024, realizado pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (OBPopRua/POLOS-UFMG, 2024a), consta que havia 22.922 pessoas em situação de rua em 2013, 242.756 pessoas em dezembro de 2023 e 309.998 em 2024, com o Censo da População em Situação de Rua de 2023 da Cidade do Rio de Janeiro identificando 7.865 pessoas na capital do estado. Este número é estimado em cerca de 10.000 para 2025 pelo mesmo Censo Populacional. Vale mencionar que a população estimada do estado do Rio de Janeiro é de 16.054.524 habitantes, com base em dados do Censo de 2022, enquanto a população estimada da capital é de quase 6.212.000. Como termo de comparação, a situação de rua em Nova York também atingiu níveis críticos, com estimativa de 350.000 pessoas em algum tipo de insegurança habitacional (informação baseada na associação *Coalition for the*

Homeless).² Isso inclui indivíduos vivendo em abrigos, em situação de rua nas ruas e metrô, e temporariamente alojados em casas de outras pessoas. Em 2025, 106.875 pessoas dormiam todas as noites em abrigos de Nova York, aproximadamente 8.000 dormiam em espaços públicos sem abrigo e mais de 200.000 pessoas dormiam temporariamente alojadas em casas de terceiros. Nova York respondeu por 93% do aumento total da população em situação de rua no estado. Em janeiro de 2022, havia 45.343 pessoas em abrigos e, em janeiro de 2024, havia 89.119 pessoas nos abrigos do Departamento de Serviços para Pessoas em Situação de Rua (DHS) da cidade. A população abrigada da cidade aumentou significativamente, como mencionado, principalmente devido ao influxo de solicitantes de asilo e ao aumento do número de pessoas sem abrigo.³ De acordo com o Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano (HUD), NY tem a menor proporção de pessoas sem abrigo, com 3,6%, em forte contraste com 43,8% no restante do país.

Essa informação é importante para destacar uma das diferenças entre as partes sul e norte do continente americano: enquanto menos pessoas em situação de vulnerabilidade são vistas nas ruas de NYC, devido às políticas municipais de manutenção de abrigos e leitos de moradia, no RJ a total falta de abrigos adequados torna as ruas mais lotadas de pessoas em diversas situações precárias, às vezes por mais de 10 anos. De modo similar em NYC, um número significativo de indivíduos e famílias está temporariamente residindo com outros, muitas vezes em condições de superlotação. Negros e hispânicos/latinos nova-iorquinos são desproporcionalmente afetados pela falta de moradia, que aumentou significativamente em NYC nos últimos anos, com um crescimento de 53,1% entre janeiro de 2023 e janeiro de 2024, embora autoridades municipais e diversas organizações em NYC estejam trabalhando para enfrentar esse problema por meio de várias iniciativas, incluindo a oferta de mais abrigos, serviços de abordagem e assistência habitacional.

No entanto, NYC possui o maior número de leitos de emergência para moradia durante todo o ano, com 127.759, superando de longe a Califórnia, que ocupa o segundo lugar (76.000 leitos).⁴ Essa informação é importante para destacar uma das diferenças entre as partes sul e norte do continente americano: enquanto menos pessoas em situação de vulnerabilidade são vistas nas ruas de NYC, devido às políticas municipais de manutenção de abrigos e leitos de moradia, no RJ a total falta de abrigos adequados torna as ruas mais lotadas de pessoas em diversas situações precárias, às vezes por mais de 10 anos. De modo similar em NYC, um número significativo de indivíduos e famílias está temporariamente residindo com outros, muitas vezes em condições de superlotação. Negros e hispânicos/latinos nova-iorquinos são desproporcionalmente afetados pela falta de moradia, que aumentou significativamente em NYC nos últimos anos, com um crescimento de 53,1% entre janeiro de 2023 e janeiro de 2024, embora autoridades municipais e diversas organizações em NYC estejam trabalhando para enfrentar esse problema por meio de várias iniciativas, incluindo a oferta de mais abrigos, serviços de abordagem e assistência habitacional.⁵ Abordando esse tema, a pesquisa em curso não busca tratar o espaço como uma totalidade de dispositivos materiais nos quais os planos urbanos aparecem ou podem ser enumerados, mas como um espaço vivido totalizado, onde as relações se manifestam por meio da interação de significantes relacionados ao uso e dinâmicas locais. O objetivo da pesquisa foi utilizar o mapeamento dos espaços urbanos para esclarecer a cidade "invisível" que surge. A cartografia abordada nesta pesquisa está indubitavelmente baseada em um preceito primário do cartógrafo: uma representação geométrica simplificada do território por meio de mapas e gráficos. No entanto, a cartografia baseada em dados sensíveis busca o tema da afetividade: o mapeamento dos tipos de apropriação feitos pelos corpos nos espaços. Até agora, a pesquisa é fortalecida pelo trabalho de Suely Rolnik (2007), *Cartografia Sentimental*, que inaugurou um papel

² <https://www.coalitionforthehomeless.org/how-many-total-people-are-homeless-in-nyc/>.

³ <http://comptroller.nyc.gov/services/for-the-public/charting-homelessness-in-nyc/overview/#:~:text=Beginning%20in%20the%20summer%20of,small%20step%20towards%20that%20objective>.

⁴ <https://www.osc.ny.gov/press/releases/2025/01/dinapoli-numbers-homeless-population-doubled-new-york#:~:text=New%20York%20City%20accounted%20for,of%20whom%20were%20asylum%20seekers>.

⁵ <https://portal.311.nyc.gov/article/?kanumber=KA-01037> and <https://www.coalitionforthehomeless.org/how-many-total-people-are-homeless-in-nyc/nyc-agencies-providing-emergency-shelter/>.

fundamental na análise dos processos de subjetivação das cidades, ao reforçar o papel das pessoas na construção de diferentes tramas para a mesma situação urbana.

É nosso objetivo demonstrar, nas linhas abaixo, como a metodologia empregada possibilitou realizar esse mapeamento no Rio de Janeiro e na cidade de Nova York, com limites e abrangências territoriais distintas, como demonstra a Figura 1. Os dados coletados destacam o enfraquecimento dos laços sociais entre a população ativa e inativa nas duas cidades, assim como demonstram que pessoas oprimidas estão cada vez mais distanciadas da participação em decisões e disputas de poder, dependendo principalmente de governos socialdemocratas para reverter essa situação. No entanto, as várias semelhanças encontradas, como a vitalidade das praças e parques urbanos, a coletividade da vida pública e a predominância de PSR nas áreas mais economicamente privilegiadas, criam um conjunto de sistemas ideais para comparar duas grandes metrópoles americanas

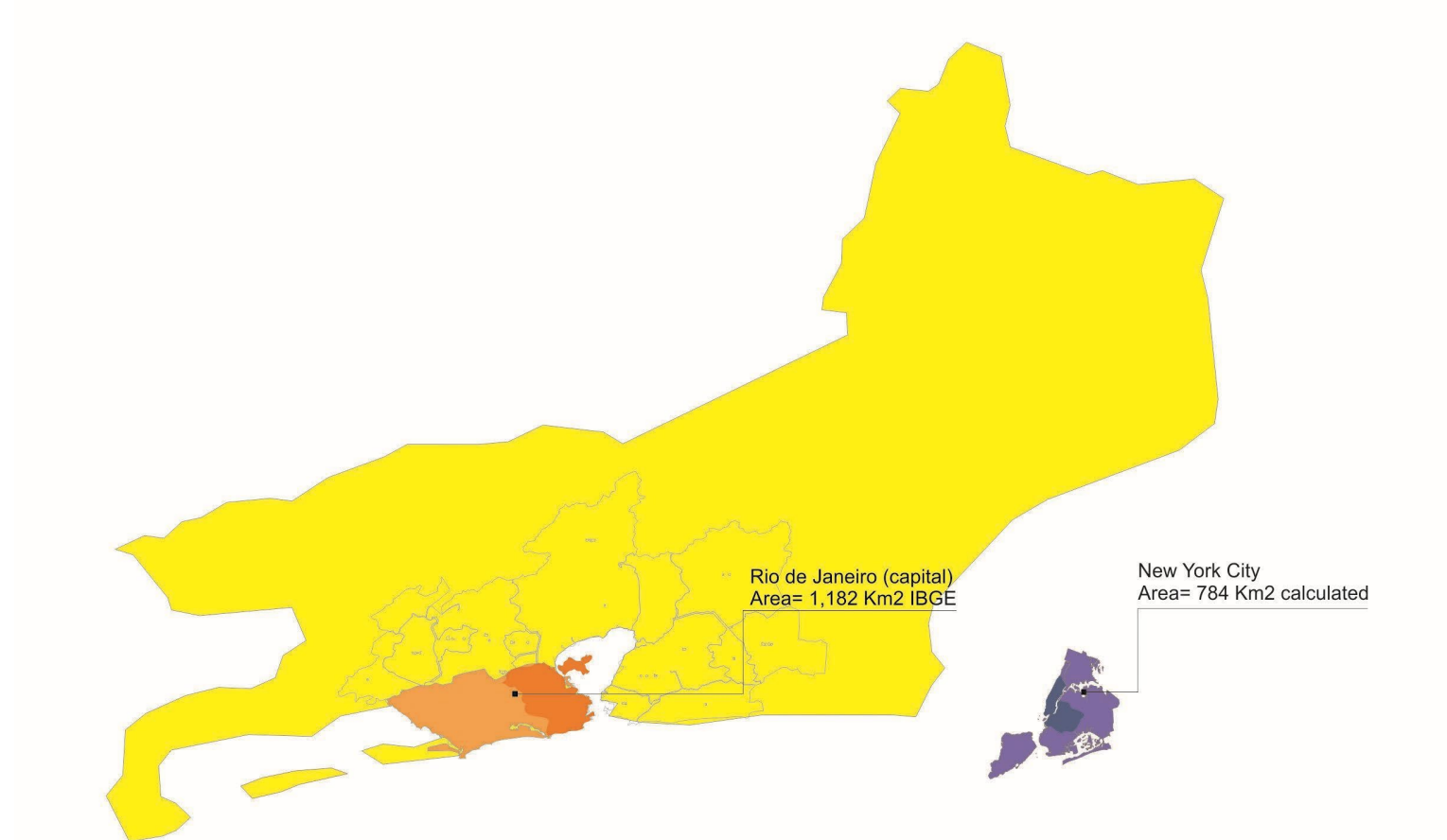


Fig. 1: Interpretação em escala das diferenças de tamanho entre a capital do Rio de Janeiro e a cidade de Nova York. A forma laranja escura representa a área analisada no Rio de Janeiro e a forma roxa escura representa a área analisada em Nova York. Fonte: Autores, 2025.

2 Metodologia

O debate sobre a (re)construção do espaço urbano tornou-se crucial desde a década de 1990, quando grandes discussões ganharam destaque em todo o mundo. Enquanto em 1950 apenas 36% da população brasileira vivia em cidades, em 1990 esse percentual atingiu 75%, e no século XXI chegou a 87,4%, segundo o Censo Demográfico Brasileiro de 2022. Nos Estados Unidos, a grande maioria da população vive em áreas urbanas. Aproximadamente 83% da população dos EUA reside em áreas urbanas, enquanto os 17% restantes vivem em áreas rurais, de acordo com o *U.S. Census Bureau* de 2023. Embora a maioria dos americanos viva em áreas urbanas, a densidade populacional varia significativamente dentro dessas áreas. Por exemplo, a região de Nova York-Jersey City-Newark, NY-NJ, tem uma densidade populacional muito alta, enquanto outras áreas urbanas podem ser mais dispersas. Essa população urbana não está concentrada apenas em grandes metrópoles, mas, por atração inevitável, concentra a maioria das pessoas, sejam economicamente ativas ou

vulneráveis. Até 2050, projeta-se que 89% da população dos EUA e 68% da população mundial viverão em áreas urbanas, segundo o Center for Sustainable Systems da Universidade de Michigan. Com essa massiva urbanização global, os dilemas de compartilhamento do espaço físico tendem a se tornar mais complexos e exigir análises de dados mais interdisciplinares. Portanto, esta pesquisa-ação baseia-se em análises quantitativas e qualitativas, apoiadas por diversas ciências, além da arquitetura e do urbanismo, como demografia e estatística, geografia, sociologia, antropologia e serviço social. Nesse sentido, a busca por qualificar subjetivamente pontos ancorados em mapas georreferenciados (com o apoio de aplicativos como o MyMaps do Google Maps e softwares como o Q-GIS) tornou-se um dos fundamentos mais importantes para superar a objetificação desses corpos que perambulam pela cidade. Uma forma de comunicar e tratar as informações sensivelmente recebidas de UH baseia-se na Teoria do Afeto (Anderson, 2006).

Na Teoria do Afeto, como Bem Anderson (2006) explica o desenvolvimento de um vocabulário relacionado à emoção que começa com a afirmação de que "o mais ou menos racional não pode ser reduzido a uma gama de emoções discretas, pois apenas a construção da experiência importa para a Teoria do Afeto" (Anderson, 2006, p. 735). Explicando brevemente, qualquer abordagem dá poder a forças não linguísticas que são relevantes para a Teoria do Afeto. O processo afetivo, nessa visão, só funciona nas duas extremidades dessa linha imaginária: de uma sintonia alternativa para "ser afetado" pelo que acontece, ou da capacidade do corpo de ser afetado (por meio de um afeto) e de afetar (como resultado de modificações). Segundo a visão rizomática da realidade de Gilles Deleuze e Feliz Guattari (1994): "Essas duas capacidades vão além da força daqueles que se submetem a elas: 'Os afetos são 'seres' cuja validade reside em si mesmos e excedem qualquer experiência vivida'" (Deleuze e Guattari, 1994, p.164). Portanto, quando uma pessoa afeta espacialmente um lugar, ela está ao mesmo tempo promovendo o exercício da Alteridade. A Teoria do Afeto, em suma, traz a questão da temporalidade e da imanência dos corpos como fundamentais para as observações, infringindo o valor dos gestos executados e das relações estabelecidas com o Outro. A combinação de contatos públicos casuais nos espaços abertos da vida urbana (praças, calçadas, parques) com o exercício do afeto e o reconhecimento do papel dos ambientes em que os UH vivem resulta na compreensão coletiva da aceitação, o que potencialmente gera visibilidade e ação. O oposto também é verdadeiro — e geralmente mais comum. No processo de construção da identidade pelas PSR, observamos a absorção de uma intensa carga de estigmatização que, como Erving Goffman (1988) argumenta, condiciona o reconhecimento da pessoa a uma perspectiva unidimensional, imparcial e opressora. A configuração desse grupo é, assim, permeada por mecanismos sociais que operam sua objetificação, desumanização e consequente apagamento simbólico, como afirmaram os líderes da *Open Hearts Initiative* (OHI) durante o encontro *Homelessness: Learning From Experience Meeting*, realizado no bairro Upper West Side de NYC em 2 de agosto de 2025. Para superar essa dinâmica cíclica — também presente nos diversos dados apresentados por órgãos oficiais de pesquisa no meio urbano —, enunciamos, no subcapítulo a seguir, as estratégias metodológicas para desenvolver esse mapeamento afetivo.

2.1 Passos Metodológicos para Cartografias Afetivas

Para alcançar informações reais e confiáveis sobre as pessoas em situação de rua, o método de abordagem se baseou na busca direta pela localização dessas pessoas, por meio de saídas de campo aleatórias, realizadas com a cobertura de um ou dois bairros por saída. Ao encontrar uma pessoa ou grupo específico de pessoas em situação de rua, a pesquisadora e a equipe envolvida (em muitos casos) realizam várias ações: 1) acolhimento e conversa direta com os interlocutores, com oferta de alimentos; 2) apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para assinatura; 3) realização de entrevista semiestruturada, com o objetivo de mapear as permanências noturnas e os deslocamentos diurnos/vespertinos, além de registrar narrativas pessoais. Essas três ações fornecem os recursos de resposta necessários para formular a cartografia, que é inserida tanto no banco de dados mais ágil para a ação, *MyMaps/ Google Maps* (Figs. 2 e 3) e em um banco de dados específico de pesquisa dentro do software Q-GIS, do qual podem ser extraídos diversos gráficos e mapas. Após o georreferenciamento os dados da entrevista (nome, idade, local de pernoite e rotas de deslocamento, bem como uma pergunta específica sobre trabalho de rua e o desejo de se mover dentro da cidade) são inseridos em uma planilha compartilhada via *Google Sheets*, o que garante a manipulação adequada dos dados por diferentes abordagens e pesquisadores. Paralelamente, são inseridas fotografias e croquis etnográficos, quando possível (Figura 4), de modo que

cada ponto anotado no mapa possua uma representação gráfica e uma explicação contextual, assegurando a precisão do levantamento.

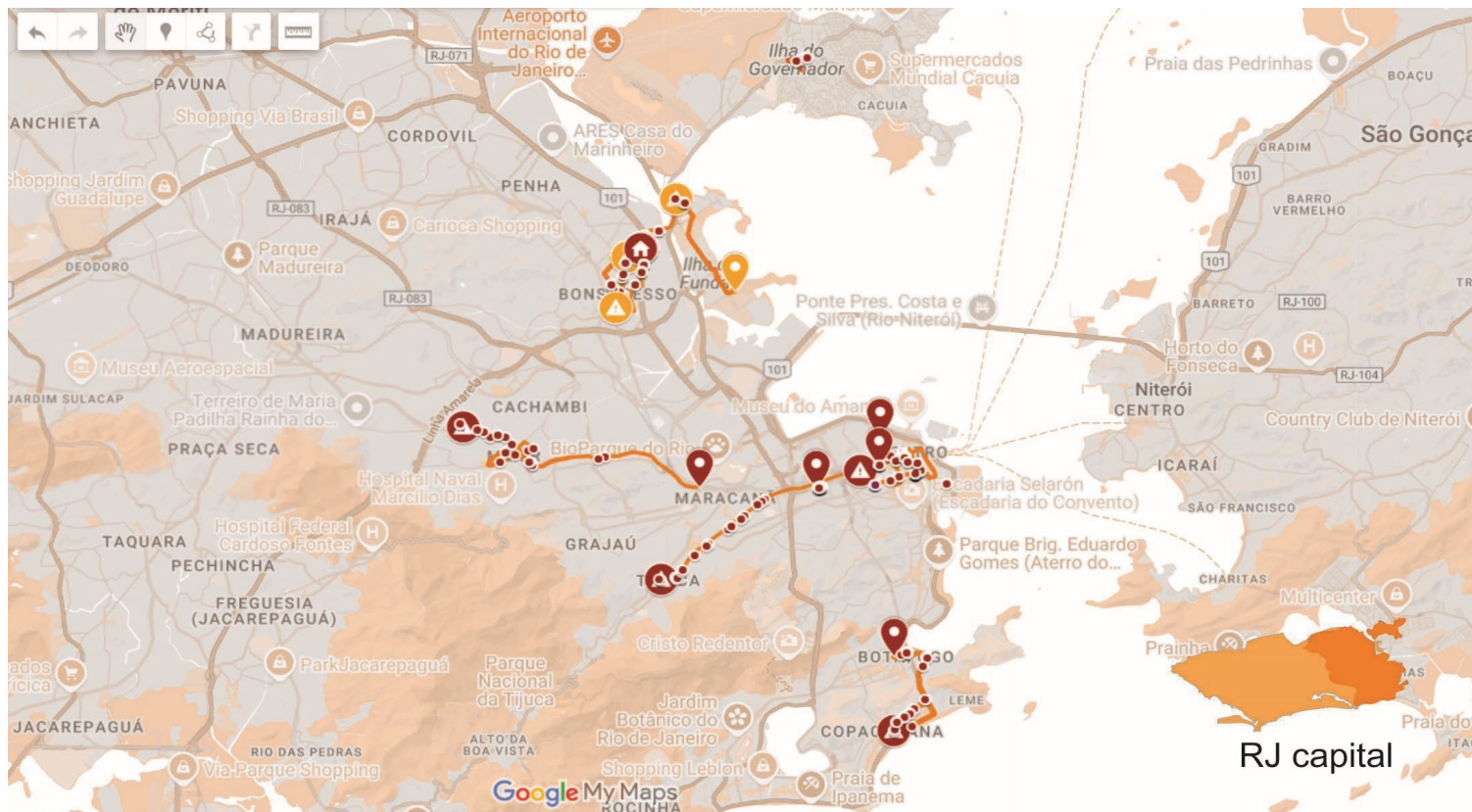


Fig. 2: Primeira fase de mapeamento no Rio de Janeiro utilizando o App MyMaps do Google Maps (sem escala). Fonte: Autores, 2024/2025.

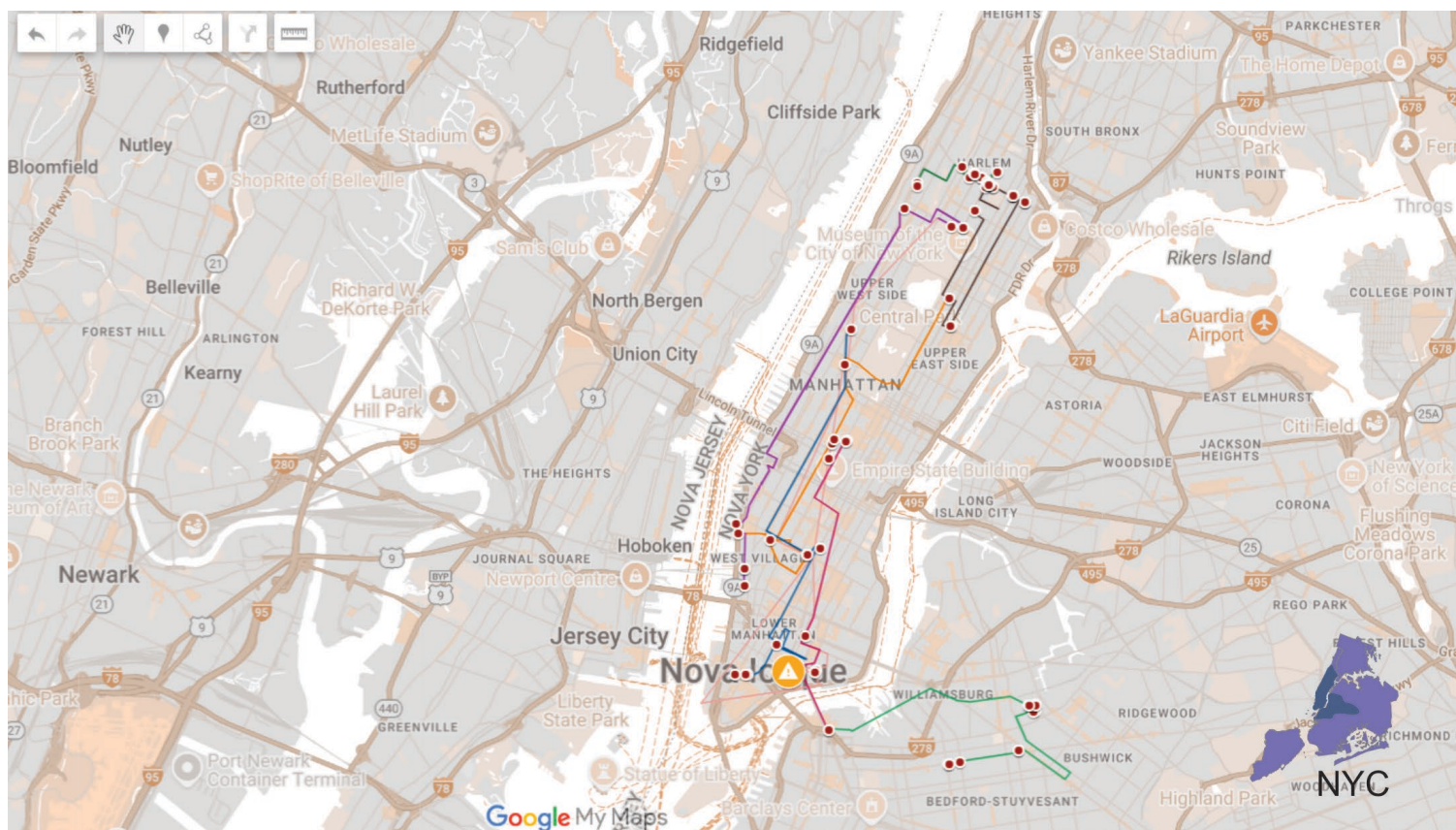


Fig. 3: Primeira fase de mapeamento em Nova York utilizando o App MyMaps do Google Maps (sem escala). Fonte: Autores, 2025.

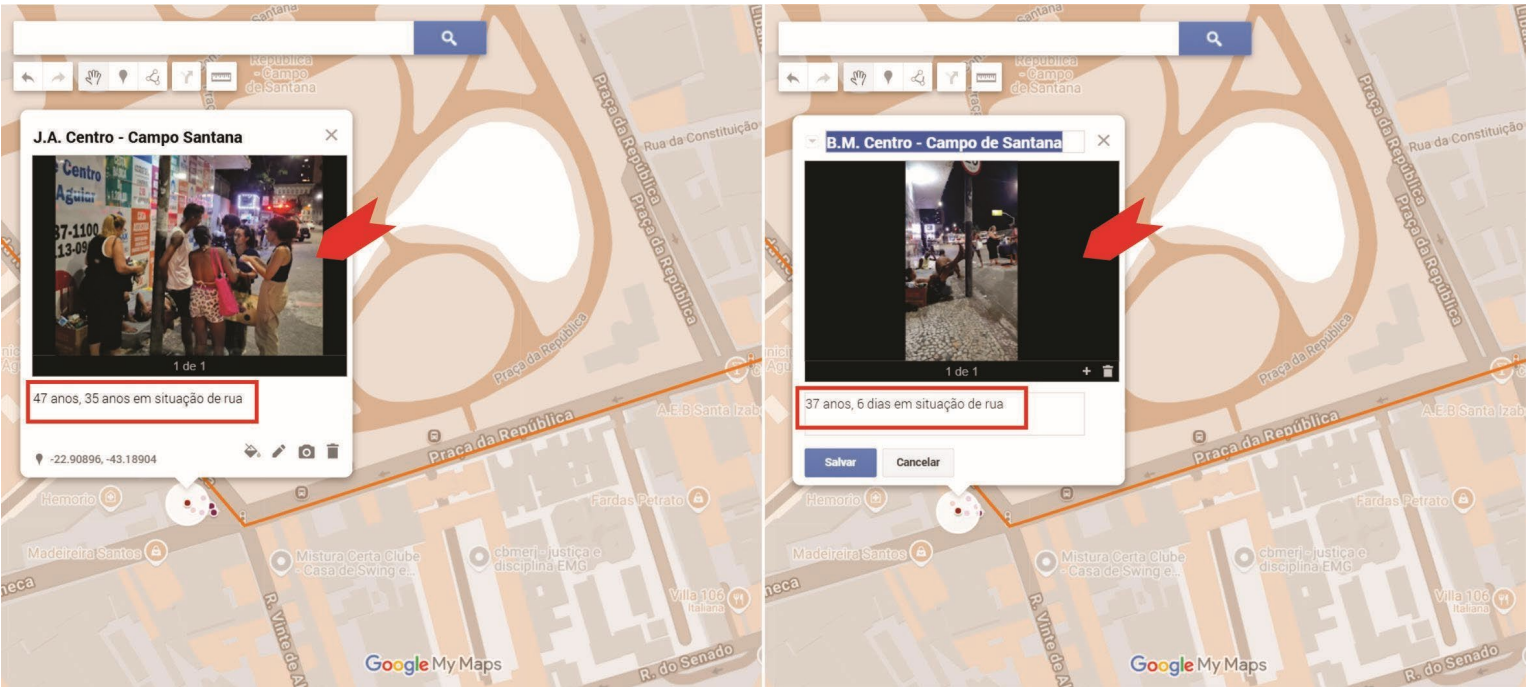


Fig. 4: Inserção de fotografias e dados relevantes no aplicativo MyMaps do Google Maps (sem escala). Fonte: Autores, 2025.

Este procedimento foi utilizado no Rio de Janeiro, onde um grupo de pesquisadores, incluindo estudantes de graduação, assistente social, geógrafo e alunos de pós-graduação, faz saídas noturnas em uma van alugada especificamente para esse fim. Em NYC, uma vez que a pesquisa comparativa foi conduzida pela coordenadora do projeto, sozinha, que passou um período como *Visiting Scholar* na Columbia University em 2025, os levantamentos não se beneficiaram da aplicação de entrevistas até a fase aqui ilustrada. Vale mencionar que, no Brasil, a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio de Janeiro no início de 2024 e vem seguindo as diretrizes de tratamento ético e comprometido com pessoas em situações vulneráveis (CAAE 77880024.2.0000.5582), com a substituição adequada dos nomes das pessoas entrevistadas e a garantia de adequação dos dados e anonimato. Quando não é possível tirar fotografias, por motivos relacionados a contextos de maior insegurança, são utilizados croquis etnográficos pelos pesquisadores, como instrumento para interpretar a situação e fornecer informações sensíveis para análise (Figura 5). Outro ponto importante a enfatizar é que cobrir um bairro no Rio de Janeiro leva muito mais tempo do que em Nova York, devido às maiores distâncias e à complexidade geo-espacial de uma metrópole latino-americana.



Fig. 5: Ethnographic sketches produced during field surveys. Source: Authors, 2024/2025.

A ausência de entrevistas em Nova York não prejudicou a comparação de dados, pois o foco principal sempre foi avaliar os aglomerados urbanos de pessoas em situação de rua (PSR) em ambas as metrópoles. Em cada cidade, um conjunto de bairros foi selecionado semanalmente e o número de visitas aos bairros foi suficiente para construir uma análise qualitativa sistêmica das cidades, em vez de uma análise estritamente objetiva ou quantitativa. No Rio de Janeiro, os bairros pesquisados em 2024 e no início de 2025, foram: Centro/Castelo, Cidade Nova, Gamboa, Botafogo, Largo do Machado, Copacabana, Tijuca, Méier, Cachambi, Bonsucesso e Ramos. Por sua vez, em NYC, os bairros pesquisados em julho e agosto de 2025, foram: em Manhattan – East Harlem, Central Harlem, Upper West Side, West Village, Chelsea, Midtown, Lower East Side/Chinatown; e, em Brooklyn – Dumbo, Astoria, Brooklyn Heights, Bedford-Stuyvesant e Bushwick. Esses conjuntos de bairros possibilitam uma análise abrangente de cada distrito, pois abrangem várias zonas e quadrantes com realidades sociais e dinâmicas urbanas distintas. Uma segunda fase, iniciada em março de 2025 no Rio de Janeiro, envolveu duas etapas: 1) distribuir adesivos metálicos auto removíveis aos PSR para monitorar os locais de deslocamento (Fig. 6); e 2) distribuir cadernos de papel e lápis, o que permitirá contato futuro com os informantes para melhor compreender suas representações da cidade. Os adesivos trazem um slogan: "A rua não é minha casa", destinado a popularizar a pesquisa e a fomentar um sentimento de (re)descoberta dos lugares urbanos, dando à sociedade civil visibilidade sobre o uso desses espaços por pessoas com deficiência.



Fig. 6: Adesivo metálico auto removível produzido pelos pesquisadores, com a frase “A Rua não é minha Casa”. Fonte: Autores, 2025.

3 Resultados e Discussões

O universo de informantes da pesquisa em curso (cerca de 180 pessoas no Rio de Janeiro e 80 em Nova York, até o momento), identificados no trabalho de campo desde o início de 2024, indicou que as noções de ocupação e funcionalidade da cidade não refletem o planejamento urbano atual, que estratifica ações e funções específicas para cada espaço projetado. A pesquisa aponta uma nova direção para a concepção da "classe trabalhadora" no RJ, devido a vários fatores: 1) a ideia de que "trabalhadores em situação de rua" cumprem um papel social — seja limpando calçadas, vigiando portas de lojas ou coletando materiais recicláveis; 2) pernoites em comunidades (grupos de três ou mais pessoas residentes no mesmo lugar há mais de um ano, por exemplo), como aceitação de uma situação perene, consolidam um importante espaço de identidade; 3) a definição de personagens (típicos) que demonstram formas repetidas de mobilidade no espaço urbano, conforme relatado nos ensaios de Sennett (2014) sobre a metrópole. Verônica Tiengo (2018) reforça essa visão de que as pessoas em situação de rua não carecem de vontade de agir, enfatizando que "(...) a situação de rua não é uma condição escolhida por quem nela se encontra; pelo contrário, foram colocadas nessa situação (...) e usam espaços geralmente ‘não nomeados’ pelos planos diretores para desenvolver suas atividades" (Tiengo, 2018, p. 139). Nesse sentido, mapas de permanência alertam que a presença de PSR em regiões centrais ou economicamente prósperas é sintoma da falha em produzir espaços adequados para a mobilidade urbana e habitação social, favorecendo a exclusão dessas pessoas. No Rio de Janeiro, as pessoas em situação de rua passam a maior parte das noites em áreas centrais movimentadas e se deslocam para bairros periféricos durante o dia, seja para visitar familiares ou para negociar o que ganham com o trabalho. Em Nova York, não foi observada a constante peregrinação nas ruas em decorrência do trabalho informal. Em contraste, corpos individualizados pousavam pelas calçadas, ao lado de postes de iluminação e próximos a áreas comerciais nas cidades, sendo identificados como *estáveis*, significando que não se movem muito pela cidade.

O MyMaps de NYC mostra claramente que a dispersão de PSR por toda a cidade reflete uma fuga de receber apoio institucional, por causa de doenças mentais que afetam esse tipo de vida humana. Segundo o *New York City Comptroller Brad Lander*, a cidade fornece alguma forma de abrigo e serviços para quase 120.000 indivíduos a cada noite, e os milhares que permanecem nas ruas têm características alienantes, como dificuldade em permanecer em abrigos ou doenças mentais. No RJ, uma grande cidade do cone sul, há uma enorme lacuna na disponibilidade de abrigos e iniciativas de apoio efetivas para unidades residenciais, o que mantém PSR com mais frequência aglomerados em comunidades através dos vários bairros analisados. Também no Rio de Janeiro, com o uso de entrevistas, foi possível inferir a variedade de atividades laborais relatadas pelas PSR, como catadores de lixo, livreiros, “garimpeiros de rua” e vendedores ambulantes/pregoeiros

(pessoas que vendem produtos de baixo valor em várias regiões da capital). Esses relatos nos permitiram verificar a repetição de atividades por vários outras PSR –geralmente aquelas com menos doenças físicas ou mentais e uma necessidade latente de arrecadar fundos para a manutenção própria ou de sua família. De fato, no RJ, a coesão social das PSR entre bairros, gerando comunidades de mais de cinco pessoas (às vezes até trinta pessoas juntas), é facilmente notada pela situação de resignação à vida nas ruas, resultado de uma precariedade que se alimenta da manutenção da indução da ideia do baixo valor da pessoa, como coloca Judith Butler (2019): “ ‘Precariedade’ designa a situação politicamente induzida na qual certas populações sofrem as consequências da deterioração (...) mais do que outras” (Butler, 2019, p. 40).

O trabalho informal emerge assim como a principal estratégia de sobrevivência das PSR no RJ, como se vê na Figura 7, pois é a busca por rotas e caminhos que mantêm sua invisibilidade na rotina diária, de modo a fugir de qualquer força policial. Essas rotas de fuga promovem corrupções no planejamento urbano da cidade, criando espaços de armazenamento e pernoite, usos diferenciados de calçadas e praças, e uma série de revisitas ao planejamento urbano que nem sempre indicam onde uma pessoa esteve –uma rota que é apagada na cidade formal. Essas mudanças também acabam fortalecendo os estigmas que a população ativa mantém. Em NYC, apesar da ausência de respostas das entrevistas, o grande número de indivíduos isolados em várias partes da cidade demonstrou que as políticas de abrigo e a ação de compartilhamento de moradias (a situação mais comum, citada pela *Coalition for the Homeless*) são eficazes. A observação primária de que as PSR não estavam em condições de falar com o pesquisador, devido a seus evidentes problemas de saúde mental, foi confirmadora dos dados fornecidos por órgãos como o Departamento de Serviços para Pessoas em Situação de Rua de Nova York (DHS). Essas informações também explicam por que apenas alguns bairros de Manhattan e Brooklyn —em NYC— e apenas aqueles com menor índice de desenvolvimento humano (Harlem e Bushwick, por exemplo), concentram mais PSR em determinados locais próximos a áreas comerciais, onde fontes de auxílio alimentar ou trocas de pequenos itens estão facilmente disponíveis. Assim, as condições de vida nas ruas de NYC são diferentes daquelas que incentivam as PSR a permanecer no Rio de Janeiro.

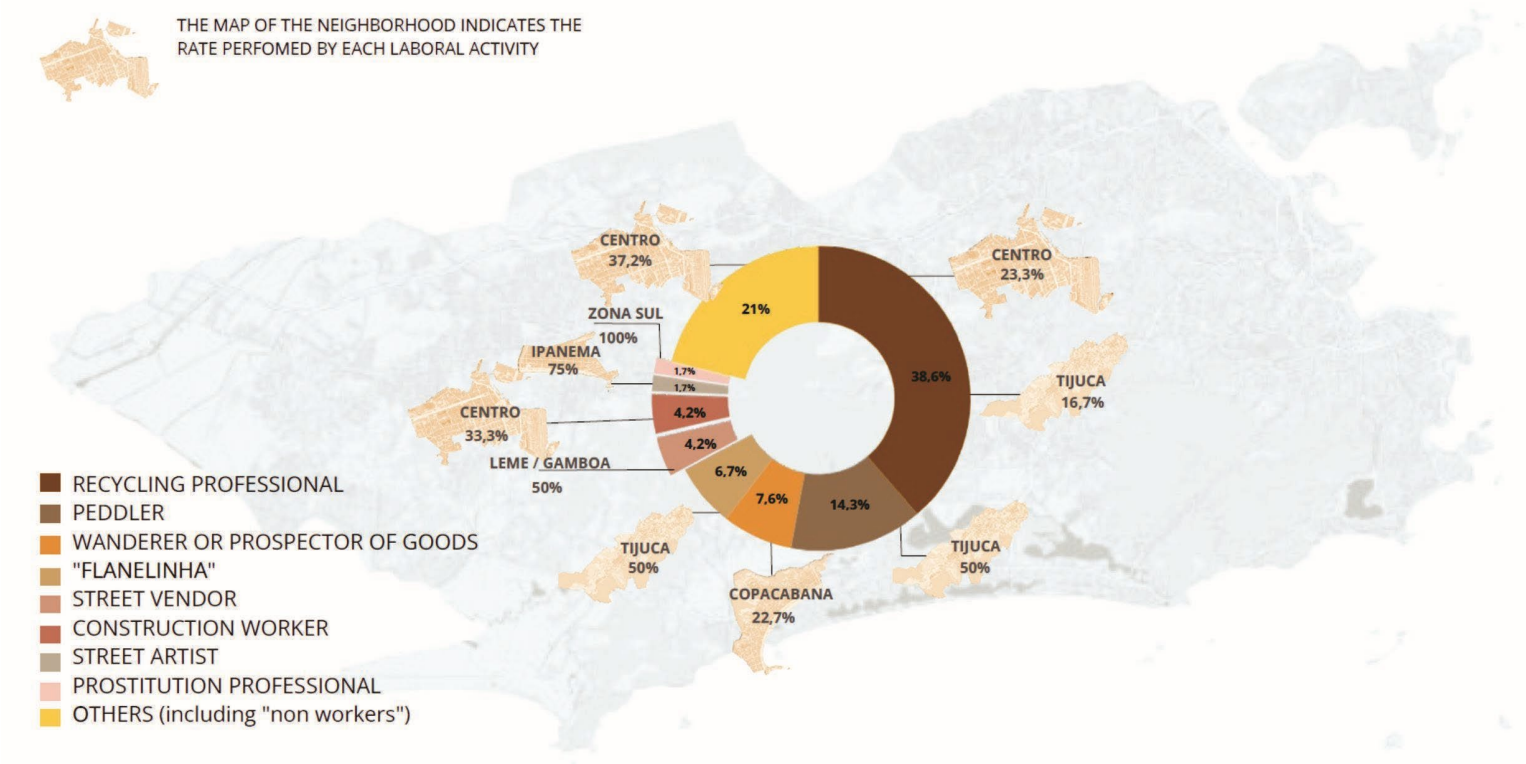


Fig. 7: Atividades laborais realizadas por pessoas em situação de rua no Rio de Janeiro durante o ano de 2024. Fonte: Autores, 2025.

Com relação a essa condição de invisibilidade comunitária (Figura 8), como mencionado, uma das fases finais da pesquisa visa conferir a devida notoriedade. A distribuição de adesivos no RJ foi realizada em março, abril e maio de 2025, a pessoas que aceitaram colá-los em objetos/lugares por onde passavam durante o dia, como forma de sinalizar onde sua presença podia ser percebida na cidade. Esses adesivos (feitos com cola não adesiva) foram posteriormente descobertos, seja em paredes de estabelecimentos comerciais (principalmente), em pontos de ônibus ou sobre elementos naturais de praças ou parques, como o tronco de uma árvore (Figura 9). Em NYC, apenas um adesivo foi entregue a uma PSR em Chinatown, que deliberadamente quis conversar com o pesquisador após ver as anotações de sua geolocalização no MyMaps pelo celular da pesquisadora, e porque a ideia da pesquisa despertou sua atenção. No dia seguinte, em um percurso feito pelo mesmo bairro, o adesivo foi encontrado colado em um poste (Figura 10), em frente a um estabelecimento comercial, o que oferece uma percepção relevante sobre onde exatamente a PSR considera que sua mensagem seja eficaz. Essa abordagem não apenas promove a visibilidade de uma cidade oculta, marginalizada pela falta de políticas públicas e planejamento urbano adequado, mas também pode possibilitar o mapeamento das diferenças sociais entre aqueles que circulam pelas ruas, trazendo à tona as desigualdades sociais e as lutas pela sobrevivência que permeiam toda a existência humana nas grandes cidades.

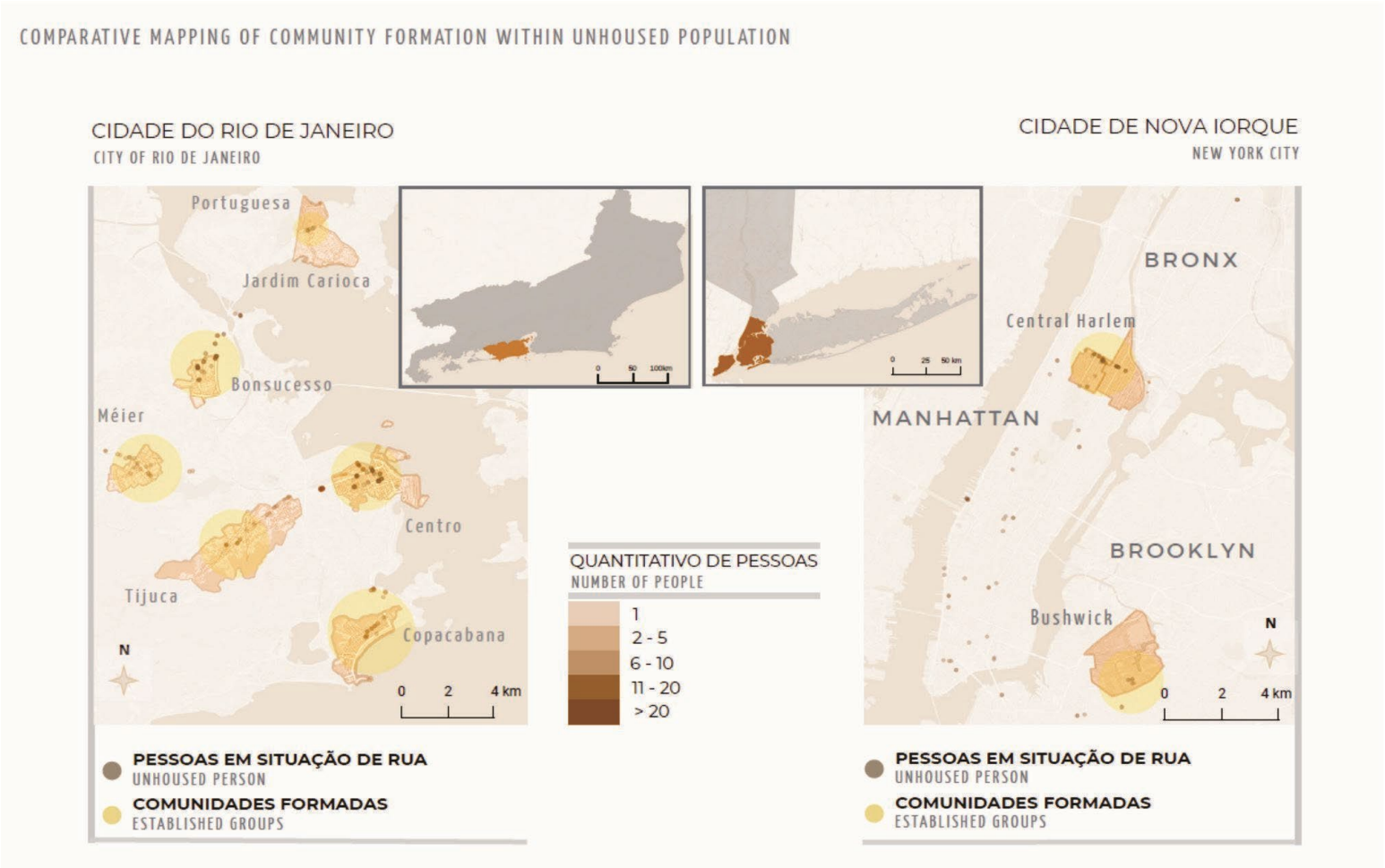


Fig. 8: Comparação gráfica entre as concentrações comunitárias de pessoas em situação de rua em RJ e NYC. Fonte: Autores, 2025.



Fig. 9: Adesivo encontrado em uma árvore em Bonsucesso, um dos bairros pesquisados no Rio de Janeiro. Fonte: Autores, março de 2025.



Fig. 10: Adesivo encontrado em um poste em Chinatown, um dos bairros pesquisados em Nova York. Fonte: Autores, julho de 2025.

4 Considerações Finais

A cidade, como espaço de disputas, precisa oferecer a seus habitantes um exercício que vai muito além de simplesmente "estar" nela; é necessário fomentar o direito de moldá-la, viver nela e transformá-la conforme sua realidade, como uma ação específica de um corpo livre. Este é um direito urbano fundamental: experimentar os espaços seguindo princípios democráticos. Nesse contexto, a presença de PSR é como um espelho social, revelando tensões entre o reconhecimento da humanidade do Outro e os mecanismos de exclusão que permeiam o espaço urbano contemporâneo. Dados preliminares da pesquisa apontam para a necessidade de repensar a relação entre as esferas públicas e privadas, com base em um planejamento urbano sensível às diferenças e capaz de incorporar perspectivas afetivas e inclusivas. A pesquisa em andamento revela uma abordagem que valoriza a Alteridade e inspira-se na Teoria do Afeto (Anderson, 2006) como ferramenta analítica para interpretar ambientes urbanos e propor políticas públicas mais abertas a ouvir os indivíduos que compõem a diversidade da cidade. Também fica evidente que as demandas por uma revisão das noções de público e privado são questões importantes para o planejamento urbano, dado que sem a garantia de moradia social adequada para PSR, especialmente no Rio de Janeiro, o espaço público torna-se agente de coesão entre diversas esferas. A noção de "público" para uma pessoa em situação de vulnerabilidade é muito mais sutil e exige um aprofundamento sobre as estruturas "rebeldes" da cidade para responder à sobrevivência. Onde mais poderia ocorrer a vida urbana privada, para aqueles que vagam compulsivamente pelas ruas da cidade, senão na própria cidade? Onde mais poderiam ser realizadas atividades laborais senão nas ruas, para as pessoas em situação de rua?

O estudo demonstra que o crescimento da população em situação de rua nas grandes cidades não alterou sua aparente invisibilidade. A falta de preocupação com a geração de atividades participativas por parte da sociedade civil e dos governos é bastante específica e reforça a aparente incivilidade que a população em situação de rua representa para a sociedade, como Patrice Schuche e Ivaldo Gehlen (2012) discutem. Ambos os autores explicam que, no processo de urbanização das metrópoles, os espaços públicos urbanos mantiveram sua função primária associada à circulação/passagem, e que qualquer outra classificação, como a inclusão de uma pessoa vulnerável usando os espaços públicos como moradia, cria um problema social, embora o problema de não ter abrigo seja muito mais visceral. Rio de Janeiro e Nova York são de fato cidades que valorizam a vida ao ar livre, as atividades coletivas e o lazer relacionado aos benefícios da natureza engendrados pelo asfalto de suas cidades. No entanto, todas essas atividades são direcionadas a corpos qualificados e economicamente ativos, que experimentam as dimensões do público e do privado, seguindo diretrizes de planejamento urbano projetadas para pessoas ideais. O excessivo, o contra hegemônico e o doloroso continuam a ser mascarados nas ruas, e o número de pessoas residindo em frente a vitrines e supermercados continua a crescer. Como mencionado anteriormente, nos últimos dez anos, esse número cresceu drasticamente e ainda não trouxe a mudança necessária para aceitar corpos dissidentes e vulneráveis como cidadãos que merecem ser cuidados.

Um exemplo interessante de política pública eficaz, alinhada com os dilemas da crise climática que afeta predominantemente a PSR é o fornecimento de água limpa e potável em praças públicas. NYC demonstrou neste verão inóspito de 2025 que, sem o fornecimento de água limpa, seria impossível continuar andando pelas ruas por mais de duas horas, por exemplo. O benefício do acesso à água é tão democrático que não apenas favorece aqueles vivendo em vulnerabilidade, mas também mostra instantaneamente aos cidadãos ideais que outros têm os mesmos direitos. Na montagem da Figura 11, duas pessoas em situação de rua podem ser vistas tomando banho em uma tarde quente de julho de 2025 em NYC. Minutos antes, outras crianças estavam correndo ao redor delas, e outros adultos aproveitavam para lavar seus pescoços e cabeças. Outra ação focada em políticas públicas distributivas, que se referem a ações que respondem a demandas sociais específicas, seria a criação de sistemas de transporte gratuito ponto a ponto para que as PSR pudessem transportar seus materiais recicláveis coletados para locais mais distantes, onde estão localizados os compradores. Este sistema poderia ser controlado por apresentação de cartão, da mesma forma que o DHS em NYC ou o

POP RUA no Rio normalmente cadastra a população em situação de rua. Algumas dessas certezas e ideias surgiram das diversas reuniões realizadas em NYC, na sede da Open Hearts Initiative, conduzidas por Will Woods.⁶

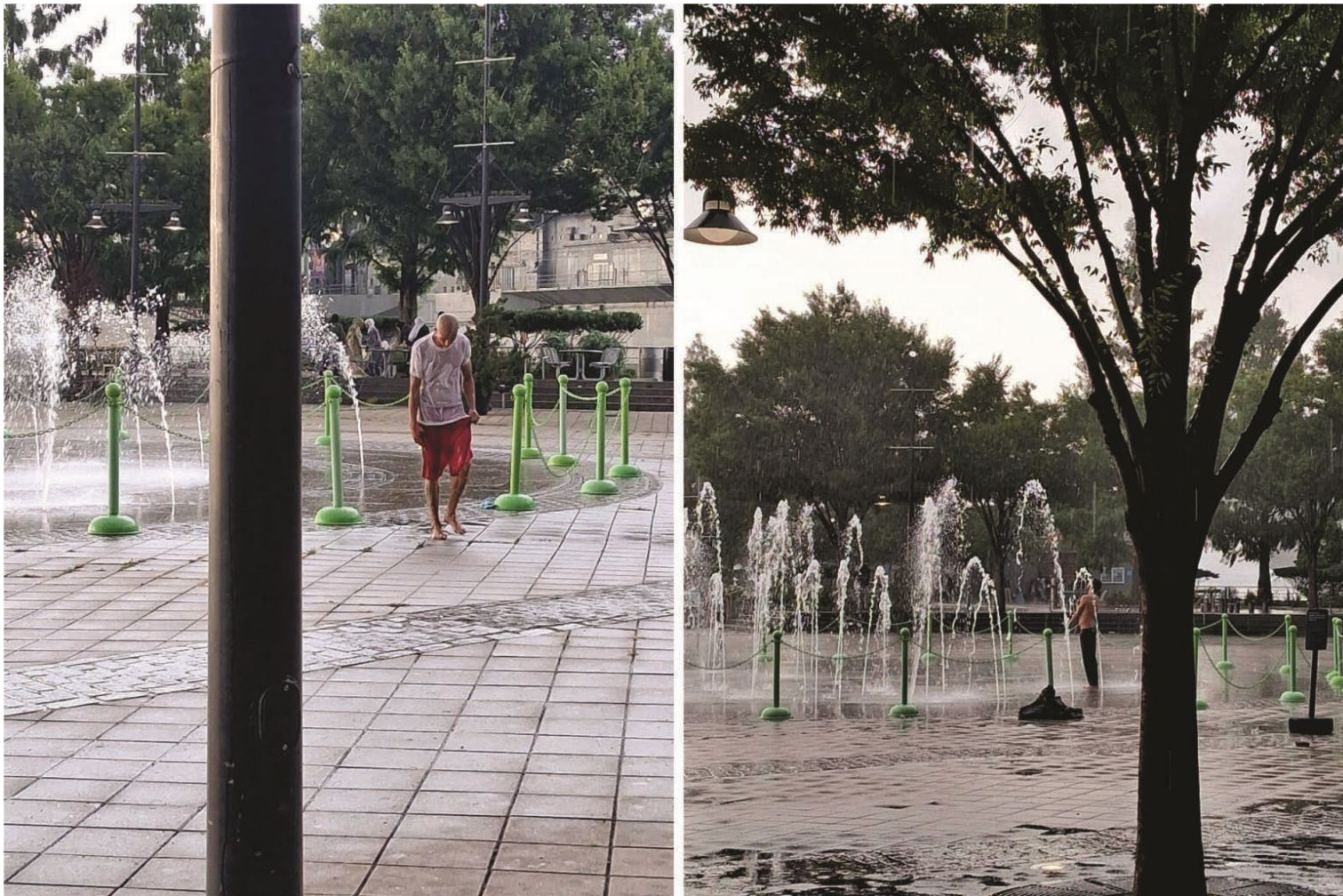


Fig. 11: Montagem de fotografias de dois homens banhando-se em áreas públicas de NYC, no Pier 84. Fonte: Autores, julho de 2025.

Para reforçar todas as informações apresentadas, é importante destacar que a conexão do corpo com o espaço e o tempo históricos, e a postura individual adotada por cada pessoa em seu espaço de vivência, têm motivado a maior parte das incursões nas teorias arquitetônicas sobre a complexidade e o futuro das cidades—este último, numa escala profusa de mudanças. Nesse contexto, corpo e cidade são vistos como um espectro de amplas possibilidades que se fundem na noção contemporânea de subjetividade. Se é verdade que a partir dos anos 1960 essa dimensão subjetiva passou a integrar a agenda de toda racionalidade arquitetônica, seja sob perspectivas existencialistas, funcionalistas ou humanistas (Nesbitt, 2006), podemos dizer que a subjetividade começou a reivindicar sua posição e status, redesenhando sem dúvida os objetivos da arquitetura e do urbanismo e de toda ciência social aplicada, mas também ensinando novas formas de convivência. Os resultados da análise de concentração de PSR no RJ e em NYC evidenciam a grande importância do estudo dos ambientes urbanos para a democratização das cidades, visto que a interação pessoa-ambiente possibilita a construção e o planejamento de territórios diversos favoráveis à convivência mútua, à segurança e ao desenvolvimento da identidade. Pesquisas globais atuais sobre pessoas em situação de rua demonstram que elas são extremamente diversas; mapear como utilizam o espaço público urbano pode revelar uma gama de políticas públicas direcionadas e destacar a

⁶ <https://openheartsinitiative.org>.

necessidade de um urbanismo inclusivo que resolva os problemas das pessoas, em vez de apenas questionar-se sobre as máquinas.

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelas bolsas e auxílios oferecidos, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de pesquisa concedida e à Universidade Columbia pelo apoio e viabilização da pesquisa realizada.

Referências

Anderson, B. (2006). Becoming and Being Hopeful: towards a theory of affect. *Environment and Planning: Society and Space*, 24, 733-752.

Butler, J. (2019). *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia* (4th Ed). Civilização Brasileira.

Deleuze, G., Guattari, F. (1994). *What is Philosophy?*. Columbia University Press.

Duarte, C. and Pinheiro, E. (Org.) (2019). *ARQUitividades e subjeTETURAS. Metodologias para a análise sensível do lugar*. Riobooks/FAU-UFRJ.

Fischer, G. (1994). *Psicologia social do ambiente*. Instituto Piaget.

Goffman, E. (1988). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (4th Ed). LTC.

Harvey, D. (2014). *Cidades Rebeldes, do direito à cidade à revolução urbana*. Martins Fontes.

Lefebvre, H. (2016). *O Direito à Cidade*. Editora Nebli (originally published in 1968).

Lefebvre, H. (2013). *La producción del espacio*. Capitán Swing Livros (originally published in 1974).

Lavalle, A. G. (2005). As dimensões constitutivas do espaço público: uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. *Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, 25, 33-44.

NESBITT, K. (org.) (2006). *Uma Nova Agenda para a Arquitetura - Antologia Teórica 1965-1995*. Cosac & Naify.

PNPSR – Política Nacional para a População em Situação de Rua. Decreto Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 (2009, December 23rd). Brasília: Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm

OBPopRua/POLOS-UFGM – Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidade. Resolução Nº 605, de 13 de dezembro de 2024 (2024a, December 13th). Brasília: Diário Oficial da União. <https://atos.cnj.jus.br/files/original1126512024121767615ffbb28e4.pdf>

PNTC Pop Rua – Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua. Lei n.º 14.821, de 16 de janeiro de 2024 (2024, January 16th). Brasília: Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14821.htm

Rolnik, R. (2019). *Guerra dos Lugares*. Boitempo Editorial.

Rolnik, S. (2007). *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Sulina Editora.

Sennet, R. (2014). *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. Companhia das Letras.

Schuch, P., Gehekn, I. (2012). A “situação de rua” para além de determinismos: explorações conceituais. In DORNELES, A.; OBST, J.; SILVA, M. (Org.). *A rua em movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. Didática Editora do Brasil, 11–25.

Tiengo, V. M. (2018). O Fenômeno População em Situação de Rua Enquanto Fruto do Capitalismo. *Textos & Contextos*, 17, 138–150. <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2018.1.29403>